



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 563141 - SP (2020/0044602-5)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**IMPETRANTE** : JOAO PEDRO DE OLIVEIRA MASSON  
**ADVOGADO** : JOÃO PEDRO DE OLIVEIRA MASSON - RS094899  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LUIS DAVI DE CAMARGO (PRESO)  
**CORRÉU** : THIAGO FERNANDO DA SILVA  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, impetrado em favor de **LUIS DAVI DE CAMARGO** contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Consta dos autos que o paciente foi condenado à pena de 20 anos, 8 meses e 26 dias de reclusão, em regime prisional fechado, mais 48 dias-multa, como incurso nas sanções do art. 157, § 2º, I e II, c/c art. 29, ambos do Código Penal (e-STJ, fls. 14-19).

Irresignada, a defesa apelou ao Colegiado de origem, que deu parcial provimento ao recurso para redimensionar a reprimenda para 8 anos, 8 meses e 24 dias de reclusão, mais 18 dias-multa.

Neste *mandamus*, a Defesa sustenta, em síntese, que: a) a Corte de origem manteve o aumento da pena-base operado com amparo em fundamentação genérica, mencionando apenas a periculosidade do agente e as consequências patrimoniais suportadas pelas vítimas; b) a participação do paciente na empreitada criminosa foi de menor importância, sendo cabível a redução da pena nos termos do § 1º do art. 29 do Código Penal; c) o aumento da pena na fração de 3/8, na terceira fase, foi indevido; d) o regime inicial deve ser condizente com o saldo final da pena aplicada.

Pugna, assim, pela concessão da ordem, a fim de que seja redimensionada a pena do paciente.

Indeferido o pedido de liminar (e-STJ, fl. 31), a Subprocuradoria-Geral da República manifestou-se pelo não conhecimento do *writ*, e, caso conhecido, pela denegação. (e-STJ, fls. 161-168).

#### É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

Ainda, no que tange à dosimetria, a individualização da pena é submetida aos elementos de convicção judiciais acerca das circunstâncias do crime, cabendo às Cortes Superiores apenas o controle da legalidade e da constitucionalidade dos critérios empregados, a fim de evitar eventuais arbitrariedades. Destarte, salvo flagrante ilegalidade, o reexame das circunstâncias judiciais e dos parâmetros concretos de individualização da pena mostram-se inadequados à estreita via do *habeas corpus*, pois exigiriam revolvimento probatório.

Feitas tais considerações, passo à análise dos fundamentos do *writ*, de forma a aferir a eventual ocorrência de flagrante ilegalidade a justificar a concessão da ordem de ofício.

De início, nota-se que a Corte local, apesar de reduzir o quanto de aumento, manteve a valoração negativa da culpabilidade e das consequências do crime com base na seguinte fundamentação:

"Na primeira fase, a básica foi fixada em 2/3 acima do mínimo legal, ao considerar a periculosidade do agente, consequências patrimoniais acentuadas às vítimas, e emprego de arma de fogo, anotando-se que a última circunstância deve ser ponderada na última fase da dosimetria penal, razão pela qual se altera a fração de aumento imposta nesta etapa para 1/6, resultando em 04 anos, 08 meses e 11 diárias de multa." (e-STJ, fl. 26)

Na sentença, o Magistrado sentenciante destacou o que segue no que toca à culpabilidade e consequências do crime:

"Na primeira fase, constatada ousadia e periculosidade diferenciadas, pois, profissionalizado para a prática de delitos patrimoniais, assim agia mediante a utilização de veículo (de sua propriedade), potencializando as possibilidades de ocasionar sérios prejuízos a terceiros, no caso efetivamente verificados, afinal, além da considerável quantia em dinheiro, aproximada de um salário mínimo da época, as vítimas perderam celulares considerados 'de ponta', contendo arquivos pessoais e familiares irrecuperáveis[...]" (e-STJ, fl. 17)

Acerca da fundamentação utilizada na valoração negativa da **culpabilidade**, não se infere ilegalidade no ponto, pois o decreto condenatório demonstrou que o modo como se deu o delito revela gravidade concreta superior à ínsita aos crimes de roubo, máxime em razão do emprego de veículo na senda criminosa.

Nesse mesmo sentido:

"PENAL. *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO. ROUBOS MAJORADOS. DOSIMETRIA. CIRCUNSTÂNCIAS DO CRIME. MOTIVAÇÃO IDÔNEA DECLINADA. OFENSA À SÚMULA 444/STJ EVIDENCIADA. PENA REVISTA. REGIME PRISIONAL FECHADO MANTIDO. *HABEAS CORPUS* NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA, DE OFÍCIO.

1. Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe habeas corpus substitutivo do recurso legalmente previsto para a hipótese, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

2. A individualização da pena é submetida aos elementos de convicção judiciais acerca das circunstâncias do crime, cabendo às Cortes Superiores apenas o controle da legalidade e da constitucionalidade dos critérios empregados, a fim de evitar eventuais arbitrariedades.

Destarte, salvo flagrante ilegalidade, o reexame das circunstâncias judiciais e dos critérios concretos de individualização da pena mostram-se inadequados à estreita via do habeas corpus, pois exigiriam revolvimento probatório.

**3. Para fins do art. 59 do Código Penal, as circunstâncias do crime devem ser entendidas como os aspectos objetivos e subjetivos de natureza accidental que envolvem o fato delituoso. *In casu*, não se infere ilegalidade no ponto, pois o decreto condenatório demonstrou que o modus operandi do delito revela gravidade concreta superior à ínsita aos crimes de roubo, máxime em razão do emprego de veículo na senda criminosa.**

4. É pacífica a jurisprudência desta Corte Superior de Justiça e do Supremo Tribunal Federal no sentido de que inquéritos e processos penais em andamento, ou mesmo condenações ainda não transitadas em julgado, não podem ser negativamente valorados para fins de elevação da reprimenda-base, sob pena de malferimento ao princípio constitucional da presunção de não

culpabilidade. A propósito, esta é a orientação trazida pelo enunciado na Súmula 444 desta Corte: 'É vedada a utilização de inquéritos policiais e de ações penais em curso para agravar a pena-base.' 5. Estabelecida a pena-base acima do mínimo legal, por ter sido desfavoravelmente valorada circunstância do art. 59 do Estatuto Repressor, admite-se a fixação de regime prisional mais gravoso do que o indicado pelo quantum de reprimenda imposta ao réu.

6. Writ não conhecido. Ordem concedida, de ofício, a fim de estabelecer a pena dos pacientes em 6 anos, 6 meses e 12 dias de reclusão, mais 16 dias-multa, ficando mantido o regime prisional fechado.”

(HC 548.586/RJ, minha Relatoria, QUINTA TURMA, julgado em 04/02/2020, DJe 12/02/2020, grifou-se)

Em relação às **consequências do crime**, que devem ser entendidas como o resultado da ação do agente, a avaliação negativa de tal circunstância judicial mostra-se escorreita se o dano material ou moral causado ao bem jurídico tutelado se revelar superior ao inerente ao tipo penal. Na hipótese, a teor do consignado na sentença, o roubo perpetrado pelo paciente às duas vítimas teve como objeto a quantia de R\$ 600,00 e dois aparelhos celulares avaliados, pelas vítimas, em torno de R\$ 1.500,00 (cada um). Assim, o prejuízo sofrido pelo casal, provavelmente superior a R\$ 3.000,00, foi individualizado e, tratando-se de quantia considerável, pode ser considerado para a análise desfavorável da moduladora em questão.

Nesse sentido:

"AGRAVO REGIMENTAL NO *HABEAS CORPUS* SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. ROUBO QUALIFICADO REDUÇÃO DA PENA-BASE. EXCLUSÃO DA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL CONSEQUÊNCIAS DO DELITO. INVIABILIDADE. SIGNIFICATIVO PREJUÍZO FINANCEIRO SUPOSTO PELA VÍTIMA. *QUANTUM* DE AUMENTO PROPORCIONAL À GRAVIDADE DA CONDUTA. EXCLUSÃO DA MAJORANTE PELO USO DE ARMA DE FOGO. AUSÊNCIA DE APREENSÃO E PERÍCIA DO ARTEFATO. DESNECESSIDADE. EXISTÊNCIA DE OUTROS ELEMENTOS PROBATÓRIOS. ENTENDIMENTO QUE ESTÁ EM HARMONIA COM A JURISPRUDÊNCIA PACIFICADA DESSA CORTE SUPERIOR. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

- A dosimetria da pena e o seu regime de cumprimento inserem-se dentro de um juízo de discricionariedade do julgador, atrelado às particularidades fáticas do caso concreto e subjetivas do agente, somente passível de revisão por esta Corte no caso de inobservância dos parâmetros legais ou de flagrante desproporcionalidade.

- As consequências do crime de roubo foram negativas, em virtude do significativo prejuízo econômico suportado pela vítima, que era estudante e não teve sua motocicleta recuperada. Esse argumento é idôneo para fundamentar a exacerbação da pena-base a título de consequências do delito, nos termos da remansosa jurisprudência dessa Corte Superior.

- Em respeito à discricionariedade vinculada do julgador, deve ser mantida a pena-base aplicada - 5 anos de reclusão -, pois proporcional à gravidade concreta do crime e à variação das penas abstratamente cominadas ao tipo penal violado.

- A incidência da majorante pelo uso de arma de fogo foi lastreada em vasto acervo probatório, consubstanciado no testemunho da vítima e nos depoimentos prestados pelos policiais. Diante disso, a conclusão pela exclusão da majorante, como pretendido, demandaria a imersão vertical na moldura

fática e probatória delineada nos autos, providência incabível na via processual eleita.

- Mesmo após a superveniência das alterações trazidas, em 24/5/2018, pela Lei n. 13.654/2018, essa Corte Superior, no que tange à causa de aumento do delito de roubo prevista no art. 157, § 2º, I, do Código Penal - nos casos em que utilizada arma de fogo -, manteve o entendimento exarado por sua Terceira Seção, no sentido de ser desnecessária a apreensão da arma utilizada no crime e a realização de exame pericial para atestar a sua potencialidade lesiva, quando presentes outros elementos probatórios que atestem o seu efetivo emprego na prática delitiva, uma vez que seu potencial lesivo é in re ipsa.

- As pretensões formuladas pela impetrante encontram óbice na jurisprudência consolidada do Superior Tribunal de Justiça, sendo manifestamente improcedentes.

- Agravo regimental não provido."

(AgRg no HC 473.117/MS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 5/2/2019, DJe 14/2/2019, grifou-se);

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ROUBO DUPLAMENTE MAJORADO. DOSIMETRIA DA PENA. REPRIMENDA BÁSICA ACIMA DO MÍNIMO LEGAL. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA.

1. A dosimetria da pena está inserida no âmbito de discricionariedade regrada do julgador, estando atrelada às particularidades fáticas do caso concreto e subjetivas dos agentes, elementos que somente podem ser revistos por esta Corte em situações excepcionais, quando malferida alguma regra de direito.

2. No caso, o acórdão recorrido se firmou em fundamentos suficientes e idôneos para exasperar a pena-base, valorando negativamente as consequências do delito. Com efeito, a Corte estadual apontou elementos concretos aptos a justificar a exasperação da pena-base em razão dessa circunstância judicial, sobretudo diante do prejuízo econômico sofrido pela vítima, consignando tratar-se de veículo de alto valor (Toyota/Corolla) que ficou seriamente avariado.

3. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no REsp 1736063/RS, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 11/9/2018, DJe 17/9/2018, grifou-se).

No que tange ao pleito de reconhecimento de menor participação do paciente na empreitada criminosa, a Corte local assim rechaçou:

"Também não procede o pleito que objetiva o reconhecimento de sua participação de menor importância, eis que, para que fosse reconhecida, seria necessário que estivéssemos diante do instituto da participação, o que não é o caso dos autos, já que resta claro que os três agentes estavam previamente ajustados e agiram com unicidade de desígnios e identidade de propósitos, fatos que denotam e comprovam a atuação em coautoria, consignando que se não fosse atuação do recorrente na empreitada criminosa, o delito não teria se consumado, como ocorreu." (e-STJ, fl. 25)

Consoante se verifica, o Tribunal local concluiu que a conduta do paciente foi de coautor e não de partícipe, tendo sua atuação sido fundamental para o sucesso da empreitada.

Sobre a questão, é cediço que "a análise acerca do reconhecimento da participação de

menor importância demandaria novo exame das provas e fatos deste feito, o que não se admite no julgamento do recurso especial, a teor do disposto na Súmula 7 deste Superior Tribunal de Justiça" (AgRg no REsp 1.620.209/RS, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, SEXTA TURMA, julgado em 09/03/2017, DJe 16/03/2017).

No mesmo sentido:

"PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ROUBO MAJORADO. PLEITOS DE ABSOLVIÇÃO OU RECONHECIMENTO DE PARTICIPAÇÃO DE MENOR IMPORTÂNCIA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 7/STJ. 1. Para a análise da tese recursal, de que o agravante não teria cometido o delito de roubo ou de que sua participação na ação criminosa foi de menor importância, mostra-se, no caso, imprescindível o reexame dos elementos fático-probatórios dos autos, o que é defeso em âmbito de recurso especial, em virtude do disposto na Súmula n. 7 desta Corte. Precedente.

2. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no AREsp 1.151.572/DF, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 27/02/2018, DJe 08/03/2018)

Desta feita, por demandar revolvimento fático-probatórios os autos, inviável, no bojo deste *habeas corpus*, a análise quanto à participação de menor importância.

Por outro lado, ao aplicar, na terceira fase, a fração de aumento pelo reconhecimento das majorantes relativas ao emprego de arma e concurso de agentes, consignou-se no acórdão impugnado:

"Após, presentes as duas circunstâncias já apreciadas dos incisos I e II do art. 157 do Código Penal, promove-se o aumento de 3/8 na reprimenda, de acordo com o entendimento desta Eg. 11ª Câmara de Direito Criminal, realinhando-se a pena para 07 anos, 05 meses e 25 dias, mais pagamento de 16 diárias de multa." (e-STJ, fl. 26)

Como se vê, o Tribunal de origem aplicou a fração de 3/8 para majorar a pena, na terceira fase, tão somente em razão das duas causas de aumento reconhecidas, sem apoio em elementos concretos do delito. Forçoso destacar, ainda, que, nos termos da jurisprudência desta Corte, o emprego de arma de fogo, por si só, não justifica aumento superior ao mínimo legal de 1/3.

Incide, portanto, à espécie, o disposto na Súmula 443 desta Corte:

"O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes."

A propósito:

"PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ROUBO MAJORADO. DOSIMETRIA DA PENA. TERCEIRA FASE. CAUSAS DE AUMENTO DE PENA. EMPREGO DE ARMA DE FOGO E CONCURSO DE AGENTES. QUANTUM DE MAJORAÇÃO. ACRÉSCIMO DA REPRIMENDA EM 3/8 NA TERCEIRA FASE SEM MOTIVAÇÃO CONCRETA. DESOBEDIÊNCIA À SÚMULA 443/STJ. REGIME INICIAL. GRAVIDADE ABSTRATA. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. SÚMULA 440/STJ. SÚMULAS 718 e 719, AMBAS STF. REGIME INICIAL.

ANÁLISE DOS ARTIGOS 33, § 2º, ALÍNEA B, E § 3º, E DO ARTIGO 59, AMBOS DO CÓDIGO PENAL. RÉU PRIMÁRIO. PENA-BASE FIXADA NO MÍNIMO LEGAL. PENA INFERIOR A 8 ANOS. REGIME SEMIABERTO.

I - O aumento na terceira fase de aplicação da pena no crime de roubo circunstanciado exige fundamentação concreta, não sendo suficiente para a sua exasperação a mera indicação do número de majorantes. Súmula n. 443 do STJ.

II - Nos termos do Enunciado n.º 440 da Súmula desta Corte Superior de Justiça 'fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito'. O Supremo Tribunal Federal, nos Verbetes n.º 718 e n.º 719, sumulou o entendimento de que a opinião do julgador acerca da gravidade abstrata do delito não constitui motivação idônea a embasar o encarceramento mais severo do sentenciado.

III - O regime inicial fechado, na hipótese, foi fixado apenas com base em elementos que se amoldam à descrição do delito - no caso, nos incisos I e II, do § 2º, do art. 157, do Código Penal - fundamento que é insuficiente para a determinação do regime mais gravoso, sobretudo porque o réu é primário, detentor de bons antecedentes e a pena-base foi fixada no mínimo legal.

IV - Uma vez atendidos os requisitos constantes do art. 33, § 2º, alínea b, e § 3º, c/c do art. 59, ambos do CP - ausência de reincidência, condenação por um período superior a 4 (quatro) anos e não excedente a 8 (oito) e circunstâncias judiciais totalmente favoráveis com a fixação da pena-base no mínimo legal -, deve o réu cumprir a pena privativa de liberdade no regime prisional semiaberto.

Agravo regimental desprovido."

(AgRg no REsp 1805020/SP, Rel. Ministro LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE), QUINTA TURMA, julgado em 1/10/2019, DJe 08/10/2019, grifou-se);

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. PENA-BASE. MAUS ANTECEDENTES. AÇÕES PENAIAS EM ANDAMENTO. NÃO OBSERVÂNCIA DO ENUNCIADO N.º 444 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PRETENSÃO DE READEQUAR A FRAÇÃO DE AUMENTO PELAS MAJORANTES E INICIAR O CUMPRIMENTO DA PENA NO REGIME SEMIABERTO. POSSIBILIDADE. NÃO OBSERVÂNCIA DOS ENUNCIADOS N.os 443 E 440 DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ORDEM DE HABEAS CORPUS CONCEDIDA. AGRAVO DESPROVIDO.

1. Em que pese o julgado impugnado afirmar a existência de condenação transitada em julgado, depreende-se da Folha de Antecedentes Criminais do Réu (fls. 15-21) que inexistente condenação apta a justificar a valoração negativa dos antecedentes judiciais. Em verdade, o Tribunal local elevou a pena-base dos crimes de roubo circunstanciado mediante consideração de processos penais em curso, em nítida ofensa ao que dispõe a Súmula n.º 444/STJ: 'É vedada a utilização de inquéritos policiais e ações penais em curso para agravar a pena-base'.

2. Outrossim, foi levado em conta tão somente o critério matemático para majorar a pena acima do patamar mínimo na terceira fase da dosimetria da pena, ou seja, em razão da configuração de duas causas de aumento (emprego de arma e concurso de agentes), em contrariedade ao entendimento

consolidado na Súmula n.º 443 desta Corte Superior de Justiça.

3. A fundamentação genérica, embasada apenas na opinião do julgador acerca da gravidade abstrata do crime de roubo, não se presta para fixar regime prisional mais gravoso do que a pena permite, consoante inteligência dos Verbetes Sumulares n.os 718 do Supremo Tribunal Federal e 440 deste Superior Tribunal de Justiça.

4. Agravo regimental desprovido."

(AgRg no HC 510.898/RJ, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 20/8/2019, DJe 03/9/2019, grifou-se);

"AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. ROUBO CIRCUNSTANCIADO. DOSIMETRIA DA PENA. TERCEIRA FASE. EXASPERAÇÃO DA PENA EM PATAMAR SUPERIOR AO MÍNIMO LEGAL SEM FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. SÚMULA N. 443 DO STJ. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

O Superior Tribunal de Justiça consagrou o entendimento de que o recrudesimento da pena na terceira fase da dosimetria alusiva ao delito de roubo circunstanciado em fração mais elevada que 1/3 (um terço) demanda fundamentação concreta, não se afigurando idônea a simples menção ao número de majorantes. Inteligência da Súmula n. 443 desta Corte.

In casu, tanto o Juiz sentenciante quanto o Tribunal de origem utilizaram tão só do critério matemático para fundamentar o aumento, na terceira fase da dosimetria, no patamar de 3/8, sem referência a elementos concretos dos autos a autorizar a exasperação da pena em patamar superior ao mínimo. Com efeito, limitaram-se a mencionar objetivamente o concurso de agentes e o emprego de arma de fogo, o que não consubstancia fundamentação idônea para a majoração da reprimenda em 3/8 (três oitavos). Precedentes.

Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no HC 321.043/SP, Rel. Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 10/11/2016, DJe 21/11/2016, grifou-se).

Nesse contexto, evidenciada flagrante ilegalidade na dosimetria, passa-se à nova individualização da pena do paciente pelo crime previsto no art. 157, § 2º, I e II, do Código Penal, porém somente no que diz respeito à terceira fase.

Partindo da pena intermediária fixada em 5 anos, 5 meses e 10 dias de reclusão e 12 dias-multa, na terceira fase aplico o aumento de 1/3 pela incidência das majorantes relativas ao emprego de arma e concurso de agentes, resultando a reprimenda 7 anos, 3 meses e 3 dias de reclusão, mais 16 dias-multa.

Reconhecido o concurso formal de crimes, fica mantido o aumento da pena na fração de 1/6, totalizando a reprimenda 8 anos, 5 meses e 18 dias de reclusão, além de 18 dias-multa.

Por fim, em vista do quanto de pena aplicado e da existência de circunstância judicial desfavorável, fica mantido o regime inicial fechado.

Ante o exposto, **não conheço** do *writ*, mas **concedo** a ordem, de ofício, a fim de reduzir a pena para 8 anos, 5 meses e 18 dias de reclusão, em regime fechado, mais pagamento de 18 dias-multa, mantidos os demais termos do acórdão impugnado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 02 de abril de 2020.

Ministro Ribeiro Dantas

Relator